

## **PAINEL II**

### **GLOBALIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO E DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS EM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA**

#### **COMPOSIÇÃO DA MESA:**

##### **Presidente:**

Clóvis Cavalcanti – Superintendente do Instituto de Pesquisas da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ).

##### **Expositores:**

Geoffrey John Dennis Hewings – Professor de Geografia e Planejamento Urbano e Econômico Regional da Universidade de Illinois (EUA) e vencedor do Prêmio Banco do Nordeste de Economia Regional em 1998.

Carlos Roberto Azzoni – Pós-doutor em Economia pela Universidade de Ohio (EUA), livre-docente e chefe do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo-USP.

Pedro Cavalcanti Ferreira – Ph.D. em Economia pela Universidade da Pensylvania (EUA) e professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ).

Alejandro Leopoldo Robba – Mestre em Economia e Desenvolvimento Industrial pela Universidade Nacional de General Sarmiento (Argentina) e pesquisador sênior da Comissão Nacional de Comércio Exterior do Ministério de Economia daquele País.

## **Clóvis Cavalcante**

Boa tarde a todos. Nós estamos com um pequeno atraso, vamos, portanto, andar rápido com o início dessas atividades. Eu inicialmente gostaria de agradecer ao Banco do Nordeste o convite que me formulou para presidir essa sessão e para participar dela também como expositor – uma oportunidade muito boa para que nós discutamos um assunto de fundamental importância para a realidade nacional, nordestina, mundial, hoje, como é o problema da globalização, da integração e assuntos correlatos. Além do mais, essa iniciativa do Banco do Nordeste, de realizar a cada ano o Fórum de Desenvolvimento e o Encontro Regional de Economia, junto com a Anpec, representa uma iniciativa da maior significação. Eu gostaria de fazer um elogio público a esse trabalho do Banco do Nordeste. Encontros como esses são importantes, nós precisamos deles, é assim que a ciência avança, é assim que o trabalho dos pesquisadores aparece, pode ser comunicado aos interessados, à comunidade científica da qual nós pertencemos.

Eu teria só uma pequena sugestão a fazer ao Banco do Nordeste, que no próximo ano ou num ano vindouro qualquer, fizesse esse encontro fora de Fortaleza, e eu ofereceria até a Fundação Joaquim Nabuco, de cujo Instituto de Pesquisas Sociais eu tenho a honra de ser Superintendente, como parceiro para organizar o evento fora do Ceará, pelo menos uma vez. Acho que não faria mal à percepção integracionista regional do Banco do Nordeste.

Mas o assunto da mesa é “Globalização, Integração e Desequilíbrios Regionais em Países da América Latina” e nós temos compondo este painel pessoas da maior qualificação. Não é por estar na presença destas pessoas, mas realmente são pessoas que têm contribuído efetivamente, com seu trabalho profissional, para levar adiante a compreensão de vários dos nossos problemas, inclusive este que nós queremos abordar no painel.

Temos aqui, pela ordem, o professor Geoffrey Hewings, da Universidade de Illinois, dos Estados Unidos, detentor do Prêmio Banco do Nordeste de Economia; o professor Carlos Roberto Azzoni, da Universidade de São Paulo, do IPE, da FIPE, da USP; o Pedro Cavalcanti Ferreira, da Fundação Getúlio Vargas; e o Dr. Alejandro Robba, da Comissão Nacional de Comércio Exterior da Argentina. Nós temos, portanto, até uma certa diversificação internacional, também, em torno da mesa.

Sou muito rigoroso em controle de tempo numa situação como essas, para que todos tenham a oportunidade de falar e para que também o público possa fazer perguntas, se manifestar, como é desejável num evento dessa natureza, em que a troca de experiências e as reflexões mútuas ajudam muito a desenvolver o assunto. Então, eu proponho que cada expositor fale durante 16 minutos – é um tempo meio esquisito, geralmente se dá 15 ou 20 minutos, mas eu gosto dessas formas heterodoxas de proceder. Então, pedindo licença para ser um tanto heterodoxo nessa matéria, vamos ter 16 minutos para cada expositor, e vamos começar com o professor Geoffrey Hewings, que, infelizmente, terá que se ausentar antes do encerramento das discussões, porque tem que tomar um avião de volta para os Estados Unidos, em São Paulo, esta noite. De modo que é com muito prazer que eu passo a palavra ao nosso prezado colega e amigo professor Geoffrey Hewings.

## **Geoffrey Hewings**

Eu gostaria de agradecer ao Banco pelo convite para que eu participasse neste Fórum tão bem organizado. Esta é a segunda vez que eu tenho a oportunidade de participar em

um evento como este, que seguramente é uma das melhores reuniões das quais já participei em todo o mundo. Gostaria também de estender os meus parabéns aos painelistas aqui presentes, especialmente ao professor Azzoni, que foi indicado Chefe do Departamento de Economia da USP.

O que eu gostaria de fazer agora, rapidamente, é refletir um pouco sobre como as coisas têm mudado nas duas últimas décadas. Se observarmos no slide, nós temos o Estado Nacional antigo, em que havia interações entre uns e outros Estados, mas não fora da periferia; todo o processo de tomada de decisão era assumido em nível nacional. À medida que passamos para a primeira parte do século XXI, nós temos um modelo completamente diferente, que evoluiu. O que aconteceu? Essencialmente, a nação tornou-se menos importante como unidade tomadora de decisão, embora, como veremos, ela ainda exerça muita influência. E o que agora nós temos são regiões intercambiando com outras regiões e entre nações, e esse relacionamento, em alguns casos, é muitas vezes maior e mais forte do que as relações entre uma e outra região, dentro do mesmo país.

Então, o que eu gostaria de fazer é levantar alguns assuntos, algumas questões, não terei condições de abordar todas, por causa do rigor imposto pelo presidente da mesa em relação ao tempo, mas eu gostaria de, pelo menos, mencioná-las.

Quando falamos sobre comércio, sobre globalização, existe um entendimento implícito de que estamos falando sobre comércio internacional. Eu gostaria de sugerir que nós alargássemos este conceito, esta preocupação. Em segundo lugar, eu gostaria de perguntar o que acontece às políticas de intercâmbio de comércio na presença de elos ou ligações internacionais extremamente diversificadas, em que você tem uma região extremamente envolvida com uma outra região de um outro país e vice-versa. A pergunta é: será que os governos nacionais estão abordando este assunto? A terceira questão é: como é que o problema muda em escopo e ordem de magnitude com o processo de desenvolvimento econômico? E, finalmente, algumas implicações para o Nordeste.

A respeito da primeira questão que eu apresentei (será que o comércio sempre significa comércio internacional?), eu quero refletir um pouco sobre a experiência americana. Nós temos uma política chamada “nações mais favorecidas”, ou “*most favored nations*”, que damos aos nossos parceiros comerciais favoritos. E eu explicitiei a seguinte questão: se Illinois fosse um país em separado e tivesse condições de dar o status de “nações mais favorecidas” aos seus grandes parceiros, quem seriam os candidatos a receber esta honra? Imediatamente pensamos em Canadá, Japão, México e Alemanha. Mas resulta que os nossos parceiros interestaduais de comércio, no meio-oeste dos Estados Unidos, são muito mais importantes: entre 65 e 80 bilhões de dólares são intercambiados entre os nossos Estados. A nossa importação internacional é muito pequena, apenas 15% do nosso comércio total. Vocês podem ver também que Illinois é essencialmente uma parte daquilo que, em outro contexto, poderia ser uma das maiores áreas de negócios livres do mundo, pois o fluxo entre esses cinco Estados do meio-oeste, em 1993, situou-se próximo daquilo gerado no NAFTA.

Então, um dos assuntos que eu gostaria de mencionar ou abordar é o seguinte: será que o aumento nas relações de comércio entre os Estados tem alguma relação com a participação de um Estado naquele produto interno bruto daquela região? Porque, se for positivo, então isso nos vai dar uma oportunidade para fazer algum trabalho no Nordeste. Resulta que o ranqueamento, a classificação de comercialização entre os Estados e de produto interno bruto são exatamente semelhantes.

Agora, eu gostaria de refletir um pouco sobre a experiência brasileira, embora aqui nós tenhamos bem menos informações em relação ao fluxo entre Estados. Os dados que

vou apresentar são do Geipot, que nos ajudou em muitas das análises aqui apresentadas. Quando olhamos para o Nordeste, vemos uma percepção, de muitos dos governadores do Nordeste, de que “se o desenvolvimento não vier para o meu Estado, eu não terei nenhum benefício dele”. Também em relação aos Estados, refletimos que temos uma infra-estrutura de transportes que é bem menos desenvolvida, muito dominada por estradas. Embora o Brasil tenha centenas e centenas de milhas de rios navegáveis, os rios transportam menos de 1% do comércio entre Estados; e também há diferenças significativas na natureza e direção do comércio, para refletir diferenças na estrutura interna da economia.

O que eu gostaria de mostrar a vocês, agora, é basicamente a porcentagem de *out-flows*, de fluxos externos que vão de um Estado do Nordeste para outro. O achado mais importante neste gráfico é o fato de que o grau de intercâmbio entre Estados é bem limitado. A maior parte dos fluxos dominantes ocorre entre os Estados, e os fluxos de mais de 1% de um Estado para outro Estado são as áreas sombreadas no gráfico; e, como vocês podem ver, existem muito poucos deles. A maior parte do comércio está concentrada pesadamente dentro de Estados individuais. Temos um fluxo semelhante para os *in-flows*, os influxos.

E agora, se observarmos a porcentagem de fluxos interestaduais por Estado, nós vamos descobrir que existem algumas diferenças bem grandes, que veremos no próximo slide, entre a magnitude dos Estados, seu crescimento e sua participação no produto interno bruto regional e o seu envolvimento no intercâmbio entre Estados. E que, no total, o comércio entre Estados no Nordeste é responsável por apenas 15% dos fluxos.

Fiz aqui algo análogo à experiência do meio-oeste dos Estados Unidos, tentando dizer: será que existe uma relação entre a participação do Estado no produto interno bruto e o seu envolvimento no comércio entre Estados? No gráfico, temos à esquerda a participação no PIB, no meio temos a classificação de *out-flows* (os fluxos externos) e à direita temos a participação nos fluxos internos, os *in-flows*. Como vocês podem ver, o ranqueamento, a classificação dos estados em cada um desses itens é bem diferente. Um Estado como a Bahia, por exemplo, que tem uma participação muito grande no PIB regional, tem uma classificação muito baixa no seu envolvimento nos fluxos de bens e serviços de um Estado para outro.

Então, nós refletimos nisto e perguntamos: será que aconteceu alguma coisa nos anos recentes? É claro que a resposta é difícil, porque nós não temos a informação, mas temos alguns dados agregados que mostram, basicamente, a dependência do Nordeste ao resto do Brasil, de 85 até 95; e nós descobrimos duas coisas: primeiro, a dependência do Nordeste em relação ao resto do Brasil não mudou muito, mas a sua dependência das importações internacionais como uma porcentagem dos fluxos externos totais diminuiu.

Uma das perguntas que nós poderíamos fazer, então, é: será que existe algo que podemos relacionar à estrutura econômica da economia? Ou seja, quão diferente é a estrutura econômica do Nordeste em relação àquela do resto do Brasil? Bem, desenvolvemos uma apresentação visual da estrutura econômica do Nordeste, representando os fluxos entre setores, em termos de hierarquia, fazendo o mesmo para o Brasil. Como vocês podem ver nos slides, o Brasil tem uma aparência inteiramente diferente. Os graus de interação existentes entre o Brasil e o resto da economia brasileira são muito maiores que em relação ao Nordeste. Considerando essa mesma hierarquia no período de 1985 a 1995, vemos que, à medida em que passamos de 1985 a 1995, algumas mudanças aconteceram para o Nordeste, enquanto que para o resto do Brasil a aparência é mais ou menos a mesma daquela de 1985.

Numa análise complementar, agora, fazemos a pergunta: será que a dependência do Nordeste mudou em termos de sua interação com o resto do Brasil? No gráfico, vemos

quão dependente é cada setor do Nordeste, em insumos, e sua exportação para o resto do Brasil, e também a dependência do resto do Brasil para com o Nordeste. Vejam que há uma simetria tremenda aqui, com o resto do Brasil dependendo muito pouco do Nordeste, mas o Nordeste com uma dependência significativa em relação ao resto do Brasil. E à medida que passamos para 1995, vemos que a dependência do resto do Brasil ao Nordeste tornou-se ainda menor, enquanto que a dependência do Nordeste no resto do Brasil cresceu, aumentou, mas muito pouco.

E quais são as implicações para isso, em termos da cooperação e do intercâmbio entre Estados, para responder à minha primeira pergunta? Vou falar rapidamente, porque o meu tempo está se esgotando. Uma das coisas que nós encontramos lá no meio-leste é que há excessos que ocorrem em um Estado, quando o desenvolvimento econômico acontece em outro Estado. Um exemplo é que o governo de Illinois gastou 200 milhões para atrair fábricas de automóveis do Japão, criou 200 empregos em Illinois mas também 500 empregos em Michigan. O governo de Michigan gastou zero, e é claro que este foi um ganho muito positivo para ele. E ainda assim, surpreendentemente, o governador viu o desenvolvimento como um ganho zero; ele ainda achava que existia uma parede, um muro entre os Estados, e a cooperação era algo que ele sequer queria considerar. Então, não é surpreendente que à medida que passamos para o Nordeste do Brasil essa percepção domine. E isso diz respeito a uma questão atual, sobre uma fábrica automotiva que vai ser construída na Bahia. Será que podemos esperar algum inter-relacionamento dos outros Estados com a Bahia por causa disso?

Isso traz à tona a questão sobre conflitos entre regiões e nações. Com o aumento cada vez maior no comércio internacional, as tensões provavelmente aumentam. Por exemplo, recentemente o Brasil e outros países como o Japão e a Coreia foram acusados de fazer *dumping* no preço do aço, um preço abaixo dos preços de mercado. Como resultado disso, os fabricantes de aço dos Estados Unidos protestaram, sim, e tiveram condições de fazer com que o preço aumentasse a curto prazo. Eu quero salientar que existe um problema espacial aqui. Isso ajuda os produtores que estão localizados principalmente no meio-oeste e isso retém empregos e trabalhos na indústria do aço, principalmente para o meio-oeste, mas para o resto da economia o aumento no preço do aço levou a um aumento no custo de produção na cadeia de produção do aço; como consequência tivemos um aumento no preço de outros produtos e uma perda na renda dos consumidores. Então, estas são as tensões que estão aparecendo, como resultado do intercâmbio comercial entre nações.

Temos então algumas perguntas aqui: como é que balanceamos, equilibramos as necessidades e perspectivas de regiões individuais com as pressões que são geradas pela Organização Mundial do Comércio para liberalizar o comércio? Essencialmente, o que eu acho que podemos dizer que aconteceu é que o assunto igualdade e eficiência, que temos discutido no contexto das nações com as regiões, agora passou para um programa de multinível, com uma dependência complexa entre nações, regiões e Estados.

Um exemplo aqui é: será que uma redução suplementar nas tarifas externas brasileiras vem gerar benefícios para o Centro-Sul e, indiretamente, beneficiar o Nordeste? Com base em algum trabalho que Haddad e Azzoni produziram recentemente, temos a resposta. Observamos, agora, as implicações a longo prazo de uma redução uniforme nas tarifas e vemos que há uma dicotomia muito forte aqui: todos os Estados abaixo do eixo, aqueles gerando benefícios negativos, são os Estados do Nordeste. Então, está muito claro que a política nacional, que tem um tipo de ganho positivo de *welfare* no País como um todo, potencialmente pode ter ganhos negativos do ponto de vista do bem-estar social em algumas regiões específicas.

Então, em resumo, eu acho que devemos pensar sobre o fato de que a globalização não é um novo fenômeno, em termos das tensões que existiram sempre entre as regiões. Tudo o que ela fez foi aumentá-las. Em segundo lugar, a concorrência agora deslocou-se para uma competição na participação no ganho do bem-estar social, passando para uma concorrência em nível mundial. Os efeitos nas regiões, contudo, são limitados na sua habilidade para levar a mudanças nas políticas fiscais, monetárias ou de comércio. E, finalmente, existe muito pouca análise comparativa em relação a esse assunto e precisamos saber disso porque agora temos uma intervenção entre países individuais e grandes organizações mundiais, como é o NAFTA e o Mercosul. Obrigado a todos pela sua atenção.

### **Clóvis Cavalcante**

Obrigado Geoffrey, pela sua compreensão do tempo e observância estrita do espaço que lhe foi concedido. Vamos passar agora a palavra, pela ordem, ao professor Carlos Roberto Azzoni da FIPE, da Universidade de São Paulo.

### **Carlos Azzoni**

Boa tarde a todos. Eu também queria agradecer o convite do Banco para participar desse painel e dizer que estou honrado não só de estar aqui no painel, mas de estar com essa mesa tão seleta. O tema é globalização, integração e desequilíbrios regionais, então vamos tratar de três tópicos: o primeiro é o seguinte: globalização e integração, isso leva ao crescimento do País? Segundo: o crescimento do País tem alguma implicação para as desigualdades regionais? Terceiro: Qual é o papel da política regional nesse processo? Se nós tomarmos uma atitude bem otimista, então globalização e integração vão promover o crescimento, o crescimento promoverá a redução das desigualdades e, no limite, nós não vamos precisar de política regional. Tudo se resolverá com o crescimento. E a globalização e integração promoverão esse crescimento. Esse é o cenário otimista, extremamente otimista.

Então, dado o tema, a primeira pergunta que cabe – e vou só fazê-la, não me cabe responder – é se é possível que globalização e integração possam promover o crescimento de todos os países simultaneamente, principalmente dos países do terceiro mundo. Será que essa solução é generalizável? Aqui entre nós do Mercosul, nós temos um caso de sucesso, que é o Chile, que já há vinte anos vem se destacando. Será que é possível se replicar a experiência do Chile para Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, simultaneamente? E será que podemos colocar o México neste processo? E será possível fazer simultaneamente o crescimento da Ásia e, talvez quem sabe, mais na frente incluir neste processo a África, que está bem atrás? Então, essa é uma questão mais complexa, que é a seguinte: será que a globalização e a integração são uma solução global, uma solução para todo mundo, ao mesmo tempo?

Mas vamos imaginar, para efeito de argumentação, que o Brasil tenha um grande potencial de ter sucesso ao integrar-se no mercado global e que possa promover o crescimento. Aí vem a segunda pergunta, que é saber se esse crescimento da economia do País como um todo terá implicações positivas ou negativas para as economias regionais – e notadamente quando se fala em economias regionais, no País, fala-se em Nordeste e Sul-Sudeste – tendo em vista o tamanho da população. Enfim, esse é o grande tema em termos de Brasil. Aqui também a visão otimista, que já mencionei, de Simon Kuznets, é que haverá um período em que as desigualdades irão aumentar, mas esse período é necessário, porque nos estágios intermediários do crescimento

necessariamente as desigualdades aumentam, mas com o passar do tempo, com a integração dos mercados, enfim, com o desenvolvimento mais amplo do País como um todo, as desigualdades vão se reduzir. Infelizmente, as evidências – e eu andei brincando um pouco com esse coisa – não recomendam nenhum otimismo nessa área, em termos de curva de Kuznets para o Brasil.

Po outro lado, você tem a visão pessimista de que pode haver algumas armadilhas de pobreza, as *poverty traps*, e que pode ser que esse processo de crescimento não necessariamente leve a resolver o problema da desigualdade. E aqui a pergunta é bem essa: existem regiões pobres, ou apenas pessoas pobres concentradas nesses locais? Isso tem uma implicação de política, porque se a conclusão for que o Nordeste é pobre não porque alguma coisa especial ocorre com o Nordeste, mas simplesmente porque ele tem uma grande concentração de pessoas pobres, você precisa não de políticas regionais mas de políticas setoriais. Por outro lado, se a região é pobre por alguma outra característica cultural, institucional ou natural, então você tem espaço e necessidade de uma política regional. Então, essa é a grande questão: as regiões são pobres porque elas têm um grande contingente de pessoas pobres ou elas são pobres porque as pessoas que lá estão, por lá estarem, serão pobres? Essa é uma diferença importante.

Então, vamos ver o que têm mostrado algumas pesquisas que temos feito. Em primeiro lugar, se olharmos os dados do PIB – e agora recentemente o IBGE lançou a série até 97 – há várias maneiras de interpretar esses dados. No tempo em que eu era garoto, ouvia uma coisa que pode parecer muito brega, que é o seguinte: você pode olhar para uma rosa e dizer: -- Olha, uma flor tão bonita e está cheia de espinhos! – Ou você pode ver o outro lado e dizer: -- Apesar dos espinhos, ainda tem uma flor tão bonita! – O mesmo dado você pode ver de diferentes maneiras.

Mas, se olharmos o grande problema brasileiro, que é Nordeste contra Sul-Sudeste, que é aí que está a grande diferença – ou podemos dizer Norte-Nordeste, dado que o Centro-Oeste tem crescido, tem aumentado sua parcela ao longo dos últimos 30 anos –, se você somar São Paulo, Minas Gerais e Paraná, a parcela desse núcleo do PIB continua aumentando, não está diminuindo, mesmo considerando o grande crescimento do Centro-Oeste na área agrícola, etc. É claro que na área industrial isso ainda é mais forte; os dados apresentados da PIA, ontem, indicam isso: a área industrial é onde a concentração é maior.

Outro trabalho que fiz, que tenta medir a competitividade das regiões – que saiu na Revista Econômica do Nordeste em 97, foi apresentado aqui no seminário – mostra que a competitividade da indústria em São Paulo tem diminuído ao longo do tempo, não é tão maior quanto era no passado, mas ainda está acima da média. Isso quer dizer que, enquanto São Paulo estiver acima da média do Brasil (e considerando que a média do Brasil inclui São Paulo), ele continua competitivo para receber novas indústrias e competitivo para o futuro; ou seja, os processos econômicos guiados pelo mercado continuarão enfatizando isso. Se nós somarmos Minas Gerais (e nessa pesquisa eu só pude destacar o Estado de Minas Gerais), Minas Gerais está à frente de São Paulo, em termos de competitividade, e tenho algumas indicações de que o Paraná também está. Então, essa região continua competitiva e nós podemos interpretar essa região como uma única área local nacional para a indústria. Então, na verdade é o transbordamento da indústria paulista que está indo para esses Estados próximos.

Recentemente, nós fizemos um estudo sobre a renda do trabalho nas regiões metropolitanas brasileiras (aqui tem Salvador, Fortaleza, Recife, Belém, Brasília, São Paulo, enfim, as onze tradicionais), considerando a diferença de renda do trabalho, tomando só pessoas que estão trabalhando pelo menos 20 horas por semana, e constatamos que São Paulo está 29% acima da média. Ou seja, uma pessoa de São

Paulo ganha 29% acima da média das pessoas que trabalham nessas onze regiões. Enquanto isso, Belo Horizonte está 14% abaixo da média; Rio, 9% abaixo, Fortaleza, 40% abaixo; Recife, 39%; Belém, 26%; Salvador, 26%, todos abaixo da média. Então, a distância entre São Paulo (29% acima) e Fortaleza (40% abaixo) é de 69 pontos, é uma distância brutal. Isso considerando a renda na posição de 1997.

Mas como as pessoas são diferentes, então nós controlamos as diferenças das pessoas. Nós controlamos educação, cor, sexo, setor em que trabalha, se é chefe, se tem experiência, se não tem experiência, se é patrão ou empregado, se tem carteira assinada, enfim, tudo que deu para controlar nós controlamos. Aí São Paulo passou de 29% para 25% acima. Então, pessoas de mesmo sexo, mesma idade, mesma educação, mesmo setor, etc., em São Paulo estão tendo 25% de renda a mais do que a média das regiões metropolitanas. Fortaleza passa de 40% para 28% abaixo, então se reduz a distância entre Fortaleza e São Paulo (de 69 passa a ser 53), mas ela ainda é brutalmente grande. Recife, passa de 39% para 33% abaixo; Belém, de 26% para 24%; Salvador de 26% para 21%.

Mas nós sabemos também que o custo de vida nessas cidades é menor do que em São Paulo, então nós descontamos também o custo de vida (isso é fruto de um outro trabalho que eu fiz com uma orientanda), e quando descontamos o custo de vida, trabalhamos com renda real, poder aquisitivo, paridade do poder de compra, São Paulo passa a ser só 16% acima da média e Fortaleza fica só 16% abaixo da média. Significa que estamos falando de 32 pontos de distância, ainda, isso lembrando que estamos falando da mesma pessoa, mesma educação, mesmo setor, mesma cor, se um é patrão o outro também é patrão e assim por diante. Recife está 29% abaixo; Belém, 10% abaixo; Salvador, 17%, e assim por diante. Então, as distâncias em termos de rendimento são muito grandes.

O pior é que nós comparamos esse trabalho com o trabalho do Savedoff, publicado em 1990, e constatamos que essas diferenças são estáveis nos últimos 25 anos. Elas não só são grandes, mas também não estão diminuindo. Fizemos um outro trabalho de convergência, que o Naércio já mencionou, e esse trabalho de convergência indica que não há convergência absoluta, no sentido de que os Estados não estão indo para a mesma renda *per capita*, mas há convergência condicional – isso no período 81-97; portanto, recente.

E o pior resultado desse trabalho é que, quando a gente faz convergência condicional, essa situação que a gente observa não é uma situação de equilíbrio de longo prazo, mas se nós deixarmos o sistema se equilibrar, em algum momento isso vai acontecer. Isso acontece cerca de um ano depois. Isso quer dizer o seguinte: em um ano, correndo esse processo, os Estados chegariam na sua situação de equilíbrio. E aí você pode ver de duas maneiras. Houve um seminário em que eu estava apresentando esses dados e a pessoa disse: -- Bom, mas você está provando que não há desigualdade no Brasil, que em um ano está tudo resolvido. – Eu disse: -- Não, o que estou dizendo é trágico, o que estou dizendo é que estamos muito próximos da desigualdade de equilíbrio. Ou seja, essa situação que está aí não é uma situação que, deixado o sistema funcionar, vá se resolver, porque ela está muito próxima do que o sistema econômico gostaria que fosse, interpretando assim o equilíbrio de *steady-state*. Então, o pior dos resultados é esse.

Eu estava conversando com o professor Vergolino esta semana, em Brasília, sobre os meninos que ele recebe lá no primeiro ano da faculdade, em Pernambuco, e ele estava dizendo o seguinte: -- Vocês tem uma vantagem comparativa, porque os meninos que vocês recebem no primeiro ano da faculdade em São Paulo já falam inglês, já sabem informática, etc. – Isso é uma coisa a verificar se é verdade ou não, mas provavelmente pode ter uma dose de verdade. Então, diante das coisas novas que estão acontecendo, da



globalização e de tudo que vem com ela – a integração é parte, a reestruturação produtiva é parte, todas essas novidades aí na área de gestão de empresas são parte, as coisas que o professor Pastore falou ontem referentes a mão-de-obra, tudo isso é parte do processo de globalização, vem junto com ele – na corrida um menino de São Paulo já sai ganhando, já sai com uma volta e meia na frente, na competição. Os processos de seleção hoje são muito rigorosos, são muito competitivos e assim por diante.

A pergunta, que vale não só para o Brasil, vale para todos os países, é: esses novos talentos de que o mercado de trabalho está precisando, onde é que eles vão ser achados? Predominantemente nas regiões ricas ou nas regiões mais deprimidas desse país? Como é que ao longo do tempo esse processo de globalização vai afetar a competitividade das regiões? Será que nós podemos ser otimistas e acreditar que, em dez anos, quando todo esse processo de transformação tiver maturado, a posição competitiva das regiões menores economicamente, em termos de tamanho, em termos de nível de renda, vai estar melhor? Ou ela vai estar naturalmente pior? E qual é o papel que a política regional pode exercer no sentido de qualificar as regiões, os Estados e os municípios para se integrarem nesse processo? E volto aqui à primeira pergunta: a solução da globalização e da integração serve ao mesmo tempo para todo mundo? Serve para todos os países e serve, dentro dos países, para todas as regiões simultaneamente?

Se olharmos a experiência do México, do ponto de vista das desigualdades regionais, os resultados são muito parecidos com os do Brasil. Poderíamos substituir Brasil por México em todo o relatório, que os resultados seriam fantasticamente parecidos. Se formos para o Chile, que tem uma experiência excelente no nível macroeconômico, os resultados não são tão dramáticos como os nossos, mas são parecidos. No caso da Argentina, onde nós temos um representante, as informações que tenho também não são otimistas.

Então, resumindo, nós temos globalização, nós temos integração, nós temos aqui o Mercosul – que por estar ao sul deverá puxar o centro de gravidade da economia necessariamente para o sul, a menos que nós nos envolvamos com o NAFTA e com a União Européia – e esse processo de globalização pode causar algum crescimento para os países, mas não necessariamente resolverá os problemas regionais. Nós precisamos, sim, cuidar dos aspectos territoriais, dos aspectos regionais que não são triviais. Obrigado.

### **Clóvis Cavalcante**

Muito obrigado, Azzoni, por sua exposição clara e também por sua observância do tempo. Vamos continuar, passando a palavra ao professor Pedro Cavalcanti Ferreira, da Fundação Getúlio Vargas.

### **Pedro Cavalcanti**

Gostaria de agradecer mais uma vez o convite do Banco do Nordeste. É a segunda vez que eu participo do Fórum e é um prazer muito grande estar num debate com esse nível de participantes. Também gostaria de dizer que a apresentação do Azzoni foi muito conveniente, porque tem uma posição que chega a ser bastante diferente, mas a gente discorda em alguns pontos; então eu acho que vou até acelerar a primeira parte da minha apresentação para entrar no debate sobre política regional.

O ponto que eu queria começar é: se você olhar as séries de produtividade industrial regional brasileira, nos últimos dez anos, você observará um grande aumento da produtividade, com crescimentos que saem de menos alguma coisa ou de estagnação

para 2, 3, 4 e até 5% ao ano, dependendo do setor. Em um trabalho recente que eu fiz com José Luiz Rossi, nós mostramos que esse aumento de produtividade está ligado estatisticamente com a abertura econômica. Em outras palavras, grande parte do aumento, tanto de produtividade quanto de produtividade total dos fatores, pode ser explicado por abertura econômica. Então, esse é um efeito de política que não tem nada a ver com determinadas intervenções pontuais, como a gente costuma pensar, como é em política industrial, seja uma política macro, que tem um impacto específico sobre determinados setores, em alguns mais forte, em outros mais fraco. Aparentemente, isso também se observa na indústria do Nordeste. Tem um trabalho recente do CAEN, uma tese de mestrado, que mostra a mesma coisa: que existe uma correlação muito grande entre aumento da produtividade e abertura comercial. O problema é que a variação das tarifas, tanto tarifas efetivas quanto tarifas nominais, não se deu por igual em todos os setores; em alguns setores diminuiu muito a proteção, e em outros diminuiu menos; e aparentemente – também é outro trabalho econométrico que eu estou fazendo – isso está muito ligado à concentração industrial.

Em outras palavras, você tem uma decisão macro, que é saber qual é o nível médio de tarifa que vai colocar, qual é o nível médio de proteção, mas a distribuição em torno dessa média tem muito a ver com o poder de pressão dos grupos. Quando você dá uma olhada, por exemplo, nas tarifas de exceção do Mercosul, você vai ver que a indústria automobilística é extremamente protegida ainda, enquanto outros setores hoje em dia têm tarifas praticamente zero, dois, coisas muito pequenas. Qual a racionalidade macro ou microeconômica desse tipo de política? Eu acho que é nenhuma. A proteção de cada setor, no fundo, não tem uma racionalidade de política econômica, mas reflete muito o poder de barganha de cada setor. O setor automobilístico, por exemplo, não gera muito emprego. O efeito direto e indireto do setor automobilístico não é muito grande, em termos tecnológicos também não gera muita coisa, em compensação talvez seja um dos setores mais concentrados do Brasil e tem um poder de barganha muito grande.

Então, obviamente, se queremos alguma racionalidade aqui, o que temos que propor é o fim das exceções e uma tarifa unitária, mais ou menos como ocorre no Chile, porque as perdas, tanto em termos de produtividade quanto em termos de bem-estar para o País, são muito grandes. Agora, a questão que eu acho que nos interessa aqui é o seguinte: será que é a mesma coisa com outros tipos de políticas no País? Será que a racionalidade econômica na verdade está dando para um resultado de um jogo entre diferentes grupos econômicos, ou grupos de poder? Ou será que tem uma racionalidade por trás? Em outras palavras, política de atração de indústria ou de incentivos a *clusters* tem algum sentido econômico, ou no fundo isso também está refletindo o poder de barganha de grupos? E aí eu entro em uma questão que a gente vai discutir: é que eu acho que não. Ao contrário do Azzoni, eu acho que não existe um problema regional do Brasil. Existe um problema de concentração de pobreza, que é um problema muito diferente e que pede políticas muito diferentes dos tipos de política que a gente vem fazendo nos últimos anos.

Qual o enfoque tradicional de política regional e urbana? É você olhar a concentração da atividade econômica, e principalmente concentração industrial. Você pode pegar um modelo clássico do Krugman, modelos com rendimentos crescentes de escala, custos de transportes, você pode gerar teoricamente assimetrias, equilíbrios assimétricos, regiões com muita atividade industrial, região com nenhuma atividade industrial. Mas conta é o seguinte: com a mobilidade de fatores, a remuneração dos fatores com as mesmas características – ou seja, trabalho especializado, trabalho mais especializado, trabalho menos especializado, trabalho nada especializado – tende a ser a

mesma. Então, o bem-estar desse equilíbrio de concentração assimétrico é o mesmo em cada região, não tem problema.

O que está acontecendo é que, de repente, você tem região que tem muita atividade industrial, você tem outras que têm menos atividade industrial, você corrige por custo de vida, porque onde tem muita atividade industrial os aluguéis tendem a ser mais altos, etc., mas o bem-estar de todo mundo ali é mais ou menos o mesmo. Ao contrário do Azzoni, eu acho que essas diferenças que ele falou são diferenças muito pequenas. Você olha a renda de um analfabeto no Ceará e olha a renda de um analfabeto com as mesmas características em São Paulo, a diferença é muito pequena, ela não é quatro vezes, como é a diferença no PIB. A mesma coisa para universitários. Quando você está corrigindo por características individuais, o resíduo que fica é pequeno, é 20%, é 30%, e eu acho que você pode explicá-lo por diferenças de infra-estrutura e por custo de migração: o cara não quer migrar, tem um custo muito grande ele sair da cidade dele e ir para uma outra região. Se a diferença de salários fosse quatro, que é a diferença do PIB, eu acho que as pessoas todas migrariam; você não vai ter um sacrifício de renda de quatro vezes permanecendo no mesmo local. Você tenderia a migrar mais. Se é uma diferença de 20% ou 30%, acho que as pessoas tendem a migrar menos. Então, de repente, você pode estar numa situação já de equilíbrio e esse equilíbrio não tem nenhum problema; você tem desigualdades mas você tem desigualdades de renda *per capita*. Na verdade, os diferentes estratos estão recebendo rendas muito parecidas: os analfabetos, os pouco qualificados, os muito qualificados estão ganhando rendas muito parecidas.

Qual é o problema, então? O problema é que você tem concentração de indivíduos com características que lhes fazem pobres; por exemplo, você tem muita mão-de-obra pouco qualificada no Nordeste. Peço desculpas, pois só tenho dados da PNAD de 96, mas esses dados mostram que 25% da PIA no Ceará é analfabeta, contra uma média de 13% ou 14% no Brasil, enquanto em São Paulo é 7%, 8%. Você tem uma concentração muito grande de pessoas pouco qualificadas, você tem um percentual de pessoas qualificadas que é a metade do registrado para o Brasil. Quando você faz a média, você explica enorme parte dessa diferença de renda *per capita* entre o Nordeste e o Sul e Sudeste. Então, eu acho que não tem nada cultural ou nada no lugar que faça com que as pessoas no Nordeste sejam mais pobres; eu acho é que existem características individuais que você pode corrigir com políticas corretas. Mas eu acho pouco provável que a gente corrija com as políticas que foram pensadas ou foram aplicadas no passado ou que estão sendo pensadas, talvez, para o futuro.

Você tem também uma deficiência de infra-estrutura enorme no Nordeste. Em saneamento, em rede de esgoto, o Ceará tem 1/3 da média do Sudeste, talvez menos ainda. Para o Nordeste inteiro as estatísticas estão nesse nível. Quando você vai para outros indicadores de infra-estrutura, a situação é muito parecida; quando você corrige por infra-estrutura as diferenças diminuem muito.

Então, o tipo de política que você tem que olhar é uma política de qualificação, uma política de educação. É a idéia de que o Sul tem mais indivíduos com mais escolaridade e menos indivíduos pouco qualificados, enquanto que no Nordeste é o contrário. Isso nos coloca, então, a seguinte questão: por que incentivar atração de indústria, da forma que vem sendo feita, e formação de *clusters*, quando o problema não está aqui? O problema é um problema de localização de pobreza, é um problema de educação, é um problema de infra-estrutura, não é um problema de atrair negócios. O problema de atrair negócios deixa a renda dos indivíduos nordestinos no mesmo nível, controlando por atributos individuais, e com um resíduo de 20%, que o Azzoni falou, que pode ser explicado facilmente considerando-se algumas características não observadas. Por que, então, gastar dinheiro, que é escasso, em políticas que talvez não atinjam exatamente o

problema principal da desigualdade no Nordeste, que é a concentração de pobreza e falta de infra-estrutura?

Eu acho que existem algumas razões para a gente pensar por que esse tipo de política vem sendo ineficaz. A primeira é que ao tentar continuar com políticas de incentivo à indústria, ou *clusters* ou coisas desse tipo, você está contribuindo, talvez muito, para a concentração de renda. Nós todos pagamos esses impostos e eles são transferidos para grupos pequenos. Então, ao nível interpessoal, são programas altamente regressivos. Há até uma piada, de que é o pobre do Sul transferindo dinheiro para o rico do Nordeste. A segunda é a evidência de que alguns desses programas têm resultados muito dúbios. Eu me sinto à vontade, porque acho que os programas que o Banco do Nordeste faz são programas extremamente eficazes, são programas com pouquíssimo ou nenhum desperdício. Mas a evidência de muitos outros programas, como o FINOR e programas em níveis estaduais, é que o resultado é muito dúvida.

Um trabalho do CAEN, recente, e um trabalho apresentado hoje aqui mostram que o FINOR não tem impacto sobre a produtividade, não tem impacto sobre a indústria ou sobre o emprego, além de todo o problema de perda, que a gente vem acompanhando, e a ineficiência das aplicações do FINOR. Esse é um programa que o Nordeste e o Brasil inteiro deviam repensar, porque, pelo que eu li, são 80 bilhões de dólares gastos em 25 anos; e com 80 bilhões de dólares, pelo custo de programas de alfabetização, de educação, você já teria dado um título de Ph.D para cada nordestino, tranquilamente você teria acabado com o analfabetismo, você teria dado, no mínimo, oito anos de educação para todos os nordestinos. Eu acho que o impacto desse tipo de política é muito maior que o impacto que o FINOR teve para o Nordeste nesses últimos 25 anos, que eu acho que foi extremamente concentrador de renda.

Eu cheguei aqui há dois dias e tenho conversado com meus amigos, principalmente do CAEN e alguns também do Banco do Nordeste, sobre essa idéia de políticas baseadas em *clusters*, em *networks*, essa idéia de apoiar a cadeia produtiva inteira no Estado – eu fiquei sabendo que a SUDENE está contratando um megaprojeto de consultoria nessa área –, e acho que o Nordeste, mais uma vez, vai perder dinheiro. Mais uma vez, estaremos aplicando em políticas ineficazes. Ao tentar apoiar a cadeia produtiva inteira, fechar a cadeia produtiva, você está indo absolutamente na contramão da história. Com redução de custos de transporte, com redução de informação, você permite hoje espalhar a produção exatamente nos locais onde há vantagem comparativa. Então, alguma matéria-prima vai ser produzida no Sudeste, outra matéria-prima vai ser produzida na Coreia, o *design* vai ser feito na Itália e o Ceará vai fazer a parte em que o Ceará tem vantagem comparativa, e Pernambuco vai fazer aquilo em que Pernambuco tem vantagem comparativa.

E a evidência internacional histórica – para os Estados Unidos eu posso citar três trabalhos, publicados no *Quarterly Journal of Economics* – é que externalidades locais são mínimas e as indústrias se localizam por vantagens comparativas e por razões de escala. Então, ao você dar incentivo para uma coisa: a) em que você não tem evidências empíricas; e b) que está indo na contramão da história, você novamente está desperdiçando recursos que são escassos em políticas que provavelmente são ineficazes. Você deveria estar gastando o seu dinheiro, como eu falei, em políticas que vão atingir direto o problema da pobreza, o problema da desigualdade regional do Nordeste, que é um problema, repito, de excesso de mão-de-obra pouco qualificada e escassez de infra-estrutura.

Nesse sentido, eu acho que a gente tem que ter uma racionalidade (volta para a coisa da política comercial); é que: será que os nossos mecanismos de política estão refletindo não-racionalidades macro ou racionalidades sociais? Será que a gente está tendo um

impacto máximo de redução da desigualdade no tipo de política que a gente pensa, no tipo de política que vem sendo aplicado e vem sendo pensado? Ou será que a gente simplesmente vai continuar reproduzindo as mesmas políticas que, em essência, foram ineficazes? Nós temos 50 anos ou 40 anos de política regional no Nordeste e o Nordeste continua muito pobre, tem níveis de pobreza altíssimos. Então, em vez de tentar reproduzir o que não deu certo no passado, deveríamos pensar mais amplamente a política de desenvolvimento que vimos fazendo e mudar os parâmetros, tentar atingir mais as pessoas e os grupos sociais que estão necessitando de impactos de política e atingir menos grupos em que o benefício vai ser mínimo para a população regional do Nordeste. Obrigado.

### **Clóvis Cavalcante**

Obrigado, professor Pedro, por sua exposição, rara. Vamos passar agora a palavra ao participante da mesa que vem da Argentina trazendo algumas perspectivas para enriquecimento dessa discussão. Portanto, é com prazer que eu passo a palavra ao professor Alejandro Robba, da Comissão Nacional de Comércio Exterior da Argentina.

### **Alejandro Robba**

Boa tarde, muito obrigado pelo convite do Banco do Nordeste. Eu vou tratar de falar um “portunhol” devagar, para que vocês possam entender as coisas que estou querendo dizer. Em primeiro lugar, me disseram que não posso falar de futebol esta semana. Só posso falar de economia, não de futebol. E vou respeitar isso, senão não vão pagar o meu retorno a Buenos Aires.

O título de minha exposição será “A falácia da questão pendente”. O que quero dizer com isto é uma coisa na mesma linha do professor Azzoni, uma coisa mais ou menos assim: os governantes ou economistas agora falam só em crescimento e depois em desenvolvimento; ou, como falavam na Argentina faz alguns anos: “agora estamos mal, mas vamos bem” (agora, nós lembramos disso e vimos que agora estamos mal também; não sei quando iremos bem). O que eu quero abordar é essa questão relacionada à questão social como uma coisa que vai se desenvolvendo ao mesmo tempo que o padrão de crescimento de uma economia; que não é uma coisa cronologicamente distinta, que primeiro tem que crescer, primeiro tem que investir, e depois de crescer você vai repartir, você vai distribuir melhor a renda. Não é assim. Isso eu chamo “a falácia da questão pendente”.

Inicialmente, vou fazer uma pequena síntese da economia argentina nos anos 90, para poder especificar como é o modelo de crescimento; como está crescendo ou decrescendo a economia argentina. Depois de 98 ou 99, a economia argentina teve uma abundância de modelos de acumulação de capital. Toda a década de 80, que a CEPAL fala como a década perdida, eu creio que não é perdida para todos; a especulação financeira ganhou, a gente perdeu. Sempre que uma pessoa vence há outra que está perdendo. Depois da década de 80, da crise da dívida, da crise mexicana, nós tivemos um período de competitividade social muito grande, de que derivou um processo de hiperinflação, em 89, 90 e 91, que deu origem ao plano de convertibilidade. Nós temos um plano de convertibilidade com algumas características próprias, como a paridade fixa: um peso, um dólar. Assim como está proibido falar de futebol aqui, está proibido falar de desvalorização na Argentina; ninguém fala de desvalorização: “O que é desvalorização? Não conhecemos esta palavra”. A questão é que o peso está um pouquinho sobrevalorizado agora.

O que se passou com o crescimento, depois do plano de convertibilidade? O plano de convertibilidade tem não somente a paridade um a um, mas também outras coisas, como crescimento; é um pensamento vivo do Consenso de Washington. Com o plano de convertibilidade e umas regras anteriores, temos abertura da economia em nível global, unilateral; privatizações de todas as coisas, privatizações em geral, concessões gerais, abertura da economia, abertura não só comercial mas também financeira, e nós dizemos que nós vendemos tudo, nós vendemos as jóias da avó, não temos nada para vender agora.

A partir de abril de 1991, a inflação passou de três dígitos para dois dígitos e agora temos deflação; temos inflação menor que nos Estados Unidos. E um paradoxo disso é que os contratos de privatização têm cláusulas em dólares, mas ajustadas pelo índice de inflação dos Estados Unidos. Agora nós temos que pagar maiores tarifas de gás, de eletricidade, não por nossa inflação, mas pela inflação dos Estados Unidos, pois os contratos foram feitos em dólar e ajustados com essa taxa de câmbio. Sempre perdemos.

O novo regime de acumulação caracterizou-se por um forte crescimento nos anos 93 e 94, e esse crescimento vem acompanhado por um déficit comercial muito grande; os salários reais, ao baixar a inflação, subiram nos primeiros anos, e isto foi assim até a crise mexicana do fim de 94. A Argentina sofreu muito com a crise do governo do México, a crise tequila, e isso terminou com um sistema bancário comum, mas agora mais forte, mais concentrado, mais “estrangeirizado”. Temos agora um sistema bancário onde os bancos, em sua maioria, são estrangeiros, com *joint-ventures* com capitais locais. Nós tínhamos três associações de banqueiros, agora temos uma que resume todas. Antes tínhamos na Argentina associações de bancos estrangeiros, bancos nacionais, bancos cooperativos; agora temos uma associação de bancos argentinos, que resume tudo, mas está comandada pelos bancos estrangeiros.

Depois de 94, nós tivemos uma grande sorte, porque o Brasil implementou o Plano Real e nós aumentamos as nossas exportações para o Brasil; começamos a exportar muitas coisas, principalmente no setor de alimentos, em razão do aumento do salário real no Brasil. Nesses anos, a economia internacional tinha excedente de financiamento, e nós tivemos muito capital estrangeiro que entrava com as privatizações e com a especulação financeira também. Na Argentina o ingresso de capital estrangeiro não tem nenhum problema, o capital estrangeiro vem e vai, pode ficar dois minutos e ir, pode repatriar as rendas sem nenhum tipo de limitação.

Depois de 95 e 96, tivemos um outro processo de crescimento muito grande, assentado nas exportações para o Brasil e exportações para o outro lado do mundo. Isto foi assim até a outra crise, a crise de 98, a crise asiática, em que tivemos uma nova recessão, da qual não temos podido sair até agora. E com a desvalorização do Real, em janeiro de 99, tivemos outro problema, de queda de competitividade das exportações para o Brasil. Como vocês podem constatar, eu estou falando de uma economia amplamente globalizada, talvez no mais amplo sentido, em que choques externos podem nos atingir sem nenhum tipo de amortização: temos políticas comerciais comuns mas não temos política financeira, não temos política cambial, não temos política monetária, não temos outras coisas mais. Temos futebol, somente, até agora.

Eu quero falar aqui na mesma linha do professor Azzoni, com o tema de automatismo de mercado. Estou muito preocupado com esta coisa de distinguir crescimento de desenvolvimento; de dizer: “primeiro crescemos, depois repartimos”. Uma coisa muito importante que nos falam os centros de investigação internacional é que os países com deficiência estrutural de capital têm que dizer: “venham para mim todos os capitais estrangeiros; sejam bem-vindos todos os capitais especulativos e capitais de todos os tipos”. Além do problema de que pode estar entrando capital para

lavagem de dinheiro de droga, etc. – e isso é um problema muito grande, do qual ninguém na América Latina está tendo a real dimensão – nós temos outros tipos de capitais: temos capitais especulativos, capitais que têm a ver com *joint-ventures*, capitais que têm a ver com aquisições, fusões, e depois também algum capital produtivo, capitais que vêm para localização ou ampliação de empreendimentos.

Na Argentina, na década de 90, entraram mais ou menos 120 bilhões de dólares de investimento estrangeiro direto. Mas a maioria foi para privatizações, para setores comercializáveis, para mineração – eu vou falar de mineração depois –, para o setor automotivo e para compras de empresas alimentícias. Ou seja, temos: no setor extrativo, vantagem comparativa; no setor alimentício, vantagem comparativa; no setor de privatizações e serviços públicos, não trançáveis; bancos, privatização de bancos; e o único setor competitivo é o setor automotivo, havendo uma política especial para esse setor. A minha forma de ver é a seguinte: nós temos que ter muito cuidado com o perigo de falar que tudo é automático, que o capital vai entrar e isso vai reduzir desemprego, depois isso irá fazer com que as pessoas sejam felizes, etc. Não é assim, nem sempre isso é assim.

Agora eu vou apresentar algumas transparências que tratam de simplificar o que estou dizendo. Primeiro em nível nacional, depois um exemplo regional.

A primeira mostra vários artigos de jornais, todos da semana passada. Se vocês olham, parece um país que está muito bem. Eu vou traduzir: “Governo sobrecumpriu as metas do Fundo Monetário; Ampliado apoio do Fundo, Finalmente, o Governo cumpriu as metas do Fundo Monetário, reservas, forte ingresso de capitais externos, letras, bônus globais mais endividamento, superávit comercial” ; ou seja, um país do primeiro mundo. Agora, o que mostro é outro país: “Desemprego supera 15%; A dívida é uma carga cada vez maior; Déficits previdenciários estão explodindo; Aumentou 8% o emprego às províncias”. Como não tem trabalho, os governos, através do emprego público, aumentam o emprego dessa forma. É um mesmo país parecendo duas realidades, e não é assim.

O segundo exemplo tem a ver com a mineração. Primeiro, mostra as exportações argentinas regionais: você pode ver a região dos pampas com 70% das exportações, noroeste com 7,7% e Patagônia com 13,6%; o petróleo, o pólo petroquímico, etc. É uma concentração muito grande.

Agora vou fazer um comentário da mineração numa província pobre, na Catamarca. A foto, de 1997, mostra o que eu chamo a busca do Eldorado em Catamarca. Nós temos inversões mineiras em Catamarca de 1.200 milhões de dólares. O que aconteceu com a mineração nessa região foi o que o Consenso de Washington e o Banco Mundial estão dizendo: aumento de inversão estrangeira, grandes exportações; Catamarca era a província que menos exportava e passou à posição de oitava província exportadora. Quantos empregos tem agora depois da construção da mina de ouro e cobre? Seiscentos empregos, duzentos empregos são de Catamarca, o resto de outras províncias e de países limítrofes. Vejam agora o outro país em Catamarca: denúncia de que a mina prejudica o meio ambiente, ou seja, que os governos provinciais não podem tomar a renda, não têm capacidade de dizer como é, de ter a regalia da terra, a regalia da mina.

Para terminar, as recomendações que eu quero falar para vocês: temos que rediscutir o padrão de crescimento regional; o padrão de crescimento determina a distribuição de renda, não é uma coisa primeiro e a outra depois. Não criamos todo o automatismo de mercado. Temos que entrar e pesquisar todas essas coisas; termos os governos provinciais fortes, que possam controlar; a melhor política pode ser má ou ser ruim, se você não pode controlar o que estão fazendo as empresas. E, por último, temos que pensar num Mercosul distinto do que temos agora; agora só temos disputas comerciais:

se você manda calçados eu te serro, se você tem tecidos eu te serro. Gostaria de pensar num Mercosul social, num Mercosul cultural, no qual possamos ter os problemas comerciais vistos de outro ângulo e não ter o pensamento do contador, de que entrou três, saiu quatro; mas ter uma visão regional estratégica, para poder vender ao resto do mundo nossas coisas, não só jogadores de futebol. Muito obrigado.

### **Clóvis Cavalcante**

Bom, agora vou fazer minha exposição, como está previsto no programa. Minha exposição vai ser numa perspectiva mais ampla e eu gostaria de dar uma conotação de interpretação ecológica ou ambiental, mais ecológica talvez, das idéias relacionadas não somente com globalização mas também com desenvolvimento, porque nós precisamos situar o desenvolvimento. O desenvolvimento não existe no vácuo. O sistema econômico não é um sistema total, é um subsistema do ecossistema global. Essa é uma forma de ver a realidade econômica e a realidade da vida. Essa talvez seja uma forma de concepção de paradigmas, mas nós podemos abandonar a palavra paradigma e utilizar aqui a idéia de Schumpeter, de visões pré-analíticas. A visão pré-analítica dos economistas é a de que o ecossistema não existe e que o sistema econômico opera como se fosse um sistema isolado. Mas isso não é verdade; nós sabemos que o sistema econômico depende fundamentalmente do ecossistema como fonte de recursos e como sumidouro dos dejetos de todas as atividades que nós realizamos.

Mas, antes de entrar propriamente no tema, eu gostaria de fazer uma citação de Keynes, de 1933, do seu artigo “*National self-sufficiency*” (Auto-suficiência nacional), que é a seguinte: “Simpatizo, pois, com aqueles que minimizam e não com os que maximizam o entrelaçamento econômico entre as nações. Idéias, conhecimento, arte, hospitalidade, viagens, estas são as coisas que deveriam, por sua natureza, ser internacionais. Mas deixem que as mercadorias fiquem no âmbito doméstico, sempre que isto for razoável e convenientemente possível; e, acima de tudo, deixem que as finanças sejam primariamente nacionais”.

Gostaria também de fazer uma citação de Celso Furtado, cujos oitenta anos estão sendo comemorados exatamente com todos os motivos neste mês de julho. O grande pensador Celso Furtado é, sem dúvida alguma, uma cabeça das mais importantes do século XX no Brasil. Diz Furtado: “Vive-se uma dessas épocas, a atual, em que se faz notória a insuficiência do quadro conceitual para apreender uma realidade em rápida transformação.” E acrescenta: “Os ajustamentos nas relações internacionais requerem, para sua compreensão, uma visão global apoiada não apenas na análise econômica, mas também na imaginação prospectiva que nos habilita a pensar o mundo como história”. É outra dimensão do problema, a dimensão histórica, que eu acho que deveria também ser acrescentada da dimensão institucional. A combinação dessas três: da visão ecológica, da visão histórica e da visão institucional pode permitir que nós compreendamos algumas coisas e eu passaria a refletir um pouco sobre a questão da globalização e meio ambiente, dentro desse quadro de referências.

O grande economista britânico Dudley Fear, certa ocasião, na década de 50, escreveu um trabalho dizendo que para saber se o desenvolvimento de algum lugar estava funcionando ele fazia três perguntas. A primeira: o que está acontecendo com o emprego? A segunda: o que está acontecendo com a desigualdade? Terceira: o que está acontecendo com a distribuição de renda? Bom, nós podemos verificar algumas coisas com relação a isso, no panorama atual. E aqui eu me refiro ao relatório do Banco Mundial do ano passado, de 99, que é muito interessante, em certas informações. O título do relatório é “A Entrada no Século XXI”. Note-se que o relatório do Banco



Mundial deste ano, que está sendo elaborado, é sobre pobreza, dez anos depois de um grande relatório do Banco Mundial também sobre o tema da pobreza. E o tema da pobreza, no relatório deste ano, já causou grandes problemas dentro do Banco, como, por exemplo, a exoneração ou a renúncia do economista do Banco coordenador do relatório; ele renunciou porque havia e há dentro do Banco Mundial uma briga entre aqueles que falam do desenvolvimento como necessidade – e aí uma visão social e também ecológica da questão, porque se fala em desenvolvimento sustentável – com aqueles que pensam no desenvolvimento antes de tudo como crescimento econômico, como aumento da expansão da economia.

Bom, a realidade que o Banco Mundial mostra no seu relatório do ano passado é que o número de pessoas no mundo que vivem com menos de um dólar por dia permanece crescendo. Em 1900, a população do mundo era de um bilhão e meio de pessoas; em 1999, o número de pessoas no mundo vivendo com um dólar por dia era de um bilhão e seiscentos milhões, portanto, maior que toda a população do planeta 100 anos antes.

No Brasil, em 1940, o número de pobres era de 41,6 milhões de pessoas; em 1999, esse número é de 46 milhões. Para definir quem é o pobre, eu uso a classificação de pessoas vivendo com até dois dólares de renda por dia. Eu acho que, para o Brasil, essa é uma medida clara de pobreza extrema, porque dois dólares dá para comprar o quê? Um sanduíche por dia. Esta é, certamente, uma medida de extrema dificuldade de sobrevivência da população. Então, na nossa realidade, respondendo aqui a perguntas formuladas por Dudley Fear, nós sabemos o que acontece com o emprego, com a precarização do emprego e outras coisas também.

Por outro lado, tem-se proposto, além da economia aberta, dos paradigmas de apoio ao mercado, a idéia da globalização. O que é a globalização? A globalização é um sacrifício da idéia de Nação a um ideal, entre aspas, de globalização. No entanto, se olhamos, por exemplo, para o Fundo Monetário, para Banco Mundial, ONU, etc., nós vemos que todas estas instituições foram constituídas com a perspectiva de uma comunidade de nações. O Banco Mundial, o FMI, a ONU não contemplam integração entre países, mas a existência de Estados-nação que trabalham cooperativamente, não trabalham abandonando, renunciando às suas fronteiras políticas, que são fronteiras instáveis muitas vezes, mas que não são arbitrárias, elas têm uma significação.

Por outro lado, com a globalização, vai-se embora a teoria das vantagens comparativas, porque globalização significa integração, com liberdade completa de mercadorias, livre comércio, e com liberdade de capital, de movimento de capital. A teoria das vantagens comparativas de Ricardo pressupõe a imobilidade do capital e a imobilidade do trabalho e é graças a isso que existem vantagens comparativas. Quando caem as barreiras nacionais, surge o comércio interregional; e o comércio interregional pressupõe vantagens absolutas; o que era muitos passou a ser um.

Esse é um problema sério do próprio ponto de vista da teoria do comércio internacional, que tem que ser tratado nesse contexto, porque o resultado da globalização que se tem visto é, segundo o relatório do Banco Mundial do ano passado, que o retrato amplo dos resultados do desenvolvimento é preocupante. Para mim, é deprimente. Por exemplo, os países ricos têm crescido mais depressa que os países pobres, de forma sistemática, desde meados do século XIX -- isso várias pesquisas mostram e o relatório do Banco Mundial cita. A relação entre a renda *per capita* dos países mais ricos e dos países mais pobres do mundo, comparadas em 1870 e 1985, aponta um crescimento de 6 vezes da relação. Por outro lado, um relatório da FAO do ano passado mostra que o número de pessoas subnutridas no mundo era de 790 milhões em 98, o que representa mais da metade da população do mundo em 1900. Significa uma situação claramente depressiva para quem analisa a realidade das transformações

mundiais recentes; e isso foi muito bem sintetizado há poucos meses na revista *The economist*, que publicou um longo artigo intitulado “Livre para ser pobre”, “*Free to be poor*”; a própria revista *The economist*, que é uma revista séria e certamente não é uma grande defensora de visões heterodoxas do que acontece no mundo.

Nesse sentido, o problema da globalização tem apenas contribuído para agravar os fenômenos, e isso foi salientado há um mês atrás na também *The economist* por um artigo de Jeffrey Sachs sobre globalização, em que ele diz que os resultados limitados, pobres, da estratégia corrente de globalização são dolorosamente evidentes. Isso significa a continuação, a reprodução das clivagens desenvolvimento-subdesenvolvimento que têm sido a tônica do panorama internacional desde que se fala na idéia de desenvolvimento econômico, que é do fim da Segunda Guerra Mundial para cá; antes disso não havia propriamente a idéia de desenvolvimento, tal como hoje a compreendemos.

Um efeito da globalização, mostrado por todos esses estudos do Banco Mundial, vários trabalhos em revistas francesas, estudos na Europa, na Grã-Bretanha, é que, onde há mobilidade de capital, o capital se dirige para o lugar onde há menor internalização de custos sociais e ambientais. Isso tem levado claramente a uma diminuição do poder de negociação das massas trabalhadoras. Esse poder de negociação é que fez com que os salários crescessem sempre e mantivessem uma relação de convergência com as rendas do capital. Mas o fato de haver mobilidade do capital tem provocado uma redução do poder de negociação das massas trabalhadoras. Daí que a globalização resulta em uma proporção maior do produto mundial que é obtido sob regimes que externalizam custos no maior grau possível. A atividade produtiva nessa perspectiva é planejada em escala multinacional e, muitas vezes, planetária; com o efeito de que a integração econômica de países de altos salários faz com que eles baixem e que os retornos do capital aumentem, ampliando o hiato entre o capital e o trabalho, e com mais inequidade da distribuição de renda em nível mundial, o que é mais uma resposta às perguntas de Dudley Fear.

Mesmo nos Estados Unidos, em três livros recentemente publicados – um deles intitulado “Por que os americanos não são felizes?”, título esse que já diz alguma coisa –, fica evidenciado que o salário real não aumentou naquele país desde 1970, o que parece estranho num país que nos últimos oito ou nove anos tem apresentado um espetacular crescimento da economia. Por outro lado, a renda da classe média nos Estados Unidos não aumentou nos últimos 20 anos – também são dados desses trabalhos –, com a constatação de que uma mulher nos Estados Unidos, para manter a renda da família, trabalha hoje mais 15 semanas por ano do que trabalhava em 1980 – o que significa uma deterioração da qualidade de vida do país.

Com a globalização, o que se busca cada vez mais é crescimento econômico e não desenvolvimento. O desenvolvimento tem essa dimensão social, essa dimensão da qualidade, essa dimensão da redistribuição de renda (isso já foi aqui comentado). A idéia de que o crescimento econômico seja buscado através da globalização pressupõe que o crescimento econômico é uma coisa boa. De fato, ele poderia ser uma coisa boa, se levasse à redução das desigualdades, à diminuição do número de pobres. Não peço a diminuição do número relativo de pobres; o número absoluto é que tem que cair. Não faz sentido você ter crescimento ou desenvolvimento se o número de pessoas extremamente pobres não diminui. Nesse sentido, eu acho que o Brasil hoje é um país mais pobre do que era há 50, há 60 anos.

Aí eu acho que é importante termos perspectivas heréticas para enfrentar essa realidade; perspectivas heréticas, porque foi a heresia que sempre promoveu o avanço, por exemplo, em situações como a ciência na idade média, com Roger Bacon, na

Inglaterra, a própria religião, com Lutero, na Reforma, e com Galileu, com Giordano Bruno. Ou seja, as idéias heréticas têm que ser consideradas. E uma das idéias heréticas é de que o crescimento poderia ser desejável; a questão é saber se é possível. É sempre possível ter crescimento? Joan Robinson, há muito tempo, já disse que essa é uma pergunta sem sentido, porque crescimento econômico infinito, em um mundo finito, não faz sentido. Georges Reagan chamou a isso de uma tautologia sem graça, também há muito tempo, há trinta anos.

São essas coisas que fazem com que, olhando claramente para uma situação como a da Argentina, que foi um exemplo de integração oferecido algum tempo atrás, nós tenhamos que concluir que é preciso repensar toda essa visão favorável, toda essa visão pró-globalização, como instrumento, como arma para a superação do atraso, para a conquista econômica, para a redução da pobreza; porque, de fato, o que nós estamos presenciando no mundo é uma pauperização cada vez maior. Eu participei de um debate exatamente há duas semanas sobre isso, com várias pessoas de alguns países diferentes na Austrália, numa conferência científica sobre assuntos relacionados com essas questões, e nós olhamos, por exemplo, para a Venezuela, olhamos para o Equador, olhamos para a Indonésia, e essa é a situação concreta para vários países, até para os Estados Unidos, quando nós examinamos o que vem acontecendo lá em termos de classes, de grupos, de estratos sociais.

Bom, eram essas as minhas reflexões que eu queria deixar aqui, já que fui convidado para falar e não ficar apenas dando a palavra àqueles que queriam falar. Fica aberto agora o espaço para debate, infelizmente temos pouco tempo; eu perguntaria inicialmente ao professor Azzoni se ele gostaria de fazer algum comentário a respeito das discordâncias apresentadas em relação aos seus pontos de vista pelo professor Pedro Ferreira.

### **Carlos Azzoni**

Eu queria fazer duas réplicas, a primeira ao professor Robba, dizendo a ele que nós esperamos poder falar de futebol na semana que vem. A segunda ao Pedro. Os pontos que o Pedro levantou a gente já tem conversado; é aquela dicotomia que eu coloquei no início: ou você tem regiões pobres ou pessoas pobres. Se você tem regiões pobres, você tem espaço para política regional; se você tem pessoas pobres, você tem outros tipos de políticas, que é o ponto que ele colocou.

Na perspectiva do modelo neoclássico, se você deixar os fatores migrarem, a renda *per capita* vai se equilibrar em algum momento; todas as regiões vão ficar com renda *per capita* igual. Mas o grau de concentração pode ser muito alto. No limite, se todos os nordestinos forem para São Paulo, chega um momento em que a renda *per capita* fica igual, mas aí acabou o Nordeste. É uma solução que traz dois problemas: um problema de concentração e um problema de desigualdade (eu estou exagerando um pouco a questão).

Então, quando ele fala da infra-estrutura, os nossos trabalhos mostram que há um papel importante para a infra-estrutura, sem dúvida. Por outro lado, quanto à educação, quando a gente nivela por educação, ainda resta um resíduo, que nós podemos discutir se é pequeno ou grande, mas é um resíduo que não é explicado. A explicação pode ser que não temos variáveis suficientes, mas também pode ser que o nordestino não migra, talvez, porque ela seja nordestino e seja importante para ele ser nordestino e viver no Nordeste; e não porque ele não tenha educação ou o custo da migração seja muito alto. Ou seja, o aspecto cultural, o aspecto de pertinência, de ser parte de uma tribo (usando a

linguagem dos meus filhos jovens) pode ser tão ou mais importante quanto o custo da migração.

Então, nós temos que balancear isto, e provavelmente esse resíduo pode estar relacionado com essa questão: as regiões são diferentes porque as pessoas têm um sentimento de pertinência. E mesmo se você der um subsídio para a migração – seria uma política – aí você nivela a renda *per capita*, mas ainda resta um problema. Então, no fundo, a divergência que nós temos, que já conhecíamos, na verdade é do grau do que sobra desse resíduo, ou seja, se olhamos mais para o espinho ou mais para a rosa. Os dois pontos de vista são legítimos; a escolha é questão de gosto e é questão de enfatizar o que é mais importante.

### **Pedro Cavalcanti**

Bom, na verdade, cada vez discordamos menos; se tivéssemos mais uma hora provavelmente acabaríamos concordando. Quanto aos custos de migração, ao fato de o cara querer pertencer a um lugar, eu não discordo disso; eu acho que se chega a um diferencial de renda em que o indivíduo não quer mais migrar, porque aqui ele é parte de alguma coisa e lá ele não vai ser parte de coisa nenhuma. Isso a gente não discorda. E talvez esse resíduo você nunca vai conseguir medir, por mais que coloque variáveis. Tentar entender esse resíduo é uma questão empírica, que está aberta para análise estatística, econométrica. A questão que coloco é se esse resíduo de 20% pede o tipo de política que está sendo proposta, ou pede um pouco uma mudança na ênfase da política. Que tem diferenças e que existe um resíduo, eu acredito no resultado. A questão é se esse resíduo é tão grande a ponto de continuarmos fazendo as políticas que foram feitas no passado, que não resolveram o problema de pobreza, ou se ele é pequeno o suficiente para que possamos mudar o enfoque de política e tentar enfrentar questões que são relevantes, que para mim são diferenças de qualificação, diferenças de infra-estrutura, diferenças de educação.

### **Mestre de cerimônia**

Peço a permissão do presidente da mesa para abrir um parêntese, pois temos aqui, em videoconferência, São Luís, Recife, Maceió e Salvador. Então, cada uma dessas unidades vai encaminhar uma pergunta formulada por nossos convidados, para ser respondida pelos componentes da mesa, e depois retornamos a este auditório. Inicialmente, vamos chamar São Luís do Maranhão. Boa tarde Maranhão, pode formular sua pergunta.

### **Guido Carneiro, Gerente da Agência Metro do Banco do Nordeste em Teresina**

Boa tarde. Nossa pergunta é do Dr. Rui Barbosa Lima Sobrinho, diretor do Sistema Mirante de Rádio, Jornal e Televisão, e é direcionada ao Dr. Pedro Cavalcanti Ferreira: “Dr. Pedro, lucidez é a palavra chave da sua exposição; nela, vimos que educação e capacitação são a base do crescimento, sustentação e igualdade. Mas como fazer para melhorar o imediato presente, enquanto construímos o futuro, sem cair no assistencialismo de inomináveis consequências?”

### **Pedro Cavalcanti**

A pergunta é excelente. Na verdade, eu até concordo com o Clóvis, no sentido de que a gente não tem que ficar pensando assim. Eu trabalho em crescimento, mas você pode crescer sem distribuir. Então, você tem que pensar, na verdade, é: onde você quer chegar no longo prazo e como é que você vai fazer a transição? E a transição é dura, porque se você está pensando em políticas de longo prazo, se você quer que o Nordeste daqui a cinquenta anos esteja no mesmo patamar que o resto das regiões brasileiras, você vai ter que fazer uma política que não vai dar resultado hoje, e as pessoas que são miseráveis hoje pedem soluções hoje.

Nesse sentido, eu acho que políticas de combate direto à pobreza são políticas que podem ser pensadas; as políticas de microcrédito são uma política que tem um efeito enorme sobre pobreza. Políticas, talvez, de geração de emprego em regiões mais necessitadas podem ter um impacto. Política de renda mínima, sou extremamente simpático a isso, porque, se é para fazer assistencialismo, vamos dar dinheiro direto para quem precisa e vamos acabar com o intermediário. Eu acho que alguma coisa, obviamente, tem que ser feita, tem que ser pensada.

Na palestra seguinte, eu acho que isso vai ser colocado. O Marcelo Néri, que vai falar, é um dos especialistas nisso. Mas essa questão é uma questão fundamental. O que não podemos perder de vista é que o tipo de política com que se tentou resolver o problema foi extremamente ineficaz. Então, é um *trade-off*. Onde você quer atingir? Um longo prazo, em que os resultados vão ser extremamente justos socialmente. Mas, no curto prazo, você tem que ter uma situação de emergência; eu acho que talvez esses tipos de política, como políticas de renda mínima, políticas de microcrédito, sejam políticas eficientes.

### **Mestre de cerimônia**

Em seguida, vamos à nossa Superintendência em Recife. Boa tarde, amigos de Pernambuco. Por favor, companheiro, apresente a pergunta.

### **De Recife**

Boa tarde. A pergunta é feita pelo Dr. Paulo Gustavo de Araújo Cunha, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco, e é dirigida ao professor Carlos Roberto Azzoni. “Qual a importância da aquisição do conhecimento, entendido como tal a educação, o treinamento profissionalizante, a universidade e a pesquisa, como fator diferenciador nas inclusões econômica e social? Do mesmo modo quanto à importância das contribuições das competitividades institucional (governo), empresarial e logística.

### **Carlos Azzoni**

Obrigado Dr. Paulo Gustavo, pela pergunta. Bom, a educação tem um papel fundamental, aqui não há polêmica. Decompondo as diferenças de rendimento do trabalho, mais ou menos metade do que deve ser explicado é explicado pela educação. Então, não é trivial, não é pequeno o papel da educação, sem dúvida. E no caso desses estudos que a gente faz, a educação é medida com anos de estudo, e essa é uma medida muito pobre da educação. Não é claro que a mesma pessoa que teve dez anos de estudo numa escola tenha o mesmo preparo que uma mesma pessoa semelhante que tenha tido dez anos de estudo numa outra escola, quanto mais num outro Estado, quanto mais numa outra região. Mas essa diferença de educação tem um papel importante, mas ainda

há muito mais. Nos estudos que a gente faz, sobra alguma coisa a ser explicada. A gente imagina que isso possa ser dado um pouco por cultura, um pouco por eficiência das instituições e criação de instituições.

Ainda quarta-feira eu estava discutindo em Brasília sobre alguns programas de desenvolvimento local, e das experiências que foram narradas falava-se na dificuldade, por exemplo, em criar comitês e comissões municipais que pudessem tomar conta da iniciativa de gerar empregos e atividades localmente, em função de dificuldade de capital humano, como os economistas chamam. Mas não é só educação, mas é empreendedorismo. Isso pode ser criado, tem que ser desenvolvido, é um pouco de criação e fortalecimento de instituições. Isso envolve inclusive governo, mas é um pouco mais do que isso. Então, esses vários aspectos têm importância. A educação me parece que é fundamental, mas ainda há outras áreas a serem desenvolvidas.

### **Mestre de cerimônia**

O Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento vai agora a Maceió. Boa tarde aos nossos amigos alagoanos. Por gentileza, pode perguntar.

### **De Maceió**

A pergunta é do professor Jenner Bastos, do Programa de Desenvolvimento do Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas, do curso de pós-graduação, e é dirigida aos professores Azzoni e Pedro Ferreira. “Tendo em vista que a manutenção dos privilégios é muitíssimo maior que o custo correspondente do combate à pobreza, perguntaria aos professores Azzoni e Pedro Ferreira: não seria conseqüente e salutar uma forte intervenção do Estado, no contexto de uma radical reforma tributária, que invertesse a lógica atual dos pobres financiando os ricos?”

### **Pedro Cavalcanti**

Bom, eu não poderia concordar mais com a colocação. O sistema tributário brasileiro é não só injusto como extremamente extorsivo. Eu acho que grande parte das reformas macroeconômicas que a gente precisa fazer no Brasil tem a ver com uma reforma tributária que diminua essas extorsões – por exemplo, CPMF é um imposto extremamente extorsivo, um imposto em cascata –, como também a regressividade de vários impostos. Mais ainda, muitos dos mecanismos de incentivo fiscal, ou de poupança forçada, ou o dinheiro do FAT indo para financiar a EMBRAER, são mecanismos extremamente concentradores de renda. Esse tipo de questão precisa ser discutido mais amplamente pela Nação. Eu acho que a gente toma como dado que a gente deve financiar determinados tipos de atividade, o Brasil inteiro fica orgulhoso porque a EMBRAER exporta avião, mas tem uma quantidade de subsídio embutido em cada asa daquele avião que, se você tirar, o avião não voa. Então, esse tipo de questão tem que ser colocado. Será que não é melhor pegar os 7 ou 8 bilhões do FAT e financiar capacitação, financiar educação, financiar saúde, em vez de financiar uma exportação de avião que tem um impacto mínimo sobre o bem-estar da população como um todo?

### **Carlos Azzoni**

Nesse ponto vou só concordar, não vou apresentar nada. Nos estudos que a gente faz, a gente vê que a desigualdade de renda entre pessoas é maior nos Estados mais

pobres. Dado que são mais pobres, a gente poderia esperar o contrário, ou seja, que a distância entre as pessoas em termos de renda pudesse não ser tão grande, e que nos Estados mais ricos, como a pirâmide é muito grande, você pudesse ter uma distância maior. Mas ocorre o contrário: você tem nos Estados mais pobres uma distribuição de renda entre as pessoas ali residentes pior do que nos Estados mais ricos. Então, esse problema existe como um todo, mas ele é particularmente importante nas regiões mais pobres.

### **Mestre de cerimônia**

Vamos à Superintendência de Salvador, Bahia. Vamos ouvir a pergunta de nossos irmãos baianos.

### **Wilson dos Santos, Superintendente Regional do Banco do Nordeste**

A pergunta é do Adão Ribeiro Brandão, administrador da CEG Consultoria, para o Dr. Clóvis Cavalcante. Ele pergunta o seguinte: “se não globalizarmos, para onde o Sr. acha que o Nordeste ou o Brasil iriam: se fechar para o mundo, deixar mais uma era passar em branco?” Esse é o questionamento do Sr. Adão.

### **Clóvis Cavalcante**

Obrigado pela pergunta. Eu, evidentemente, teria que fazer um exercício muito prospectivo, sempre sujeito a todas as margens de insucesso que a própria prospecção econômica mostra que termina gerando. Não temos bola de cristal para ver o futuro, mas podemos tirar lições do passado; e as lições do passado mostram, por exemplo, que no plano da integração tecnológica o que há no mundo hoje é uma situação em que, se dividirmos todos os países entre inovadores e não-inovadores, que é uma classificação adotada por Jeffrey Sachs, num artigo dele sobre globalização publicado na revista *The Economist*, vamos ver o seguinte: os inovadores representam 15% da população do mundo, 55% do produto global e 99% das patentes concedidas nos Estados Unidos. Os não-inovadores, evidentemente, respondem pela diferença que falta para completar 100%, representando 85% da população, 45% do produto e 0,8% das patentes.

Então, temos uma situação que só nos permite imaginar o agravamento da realidade nos próximos anos, persistindo essa situação em que, na verdade, o que existe, mais que tudo, não é uma globalização da economia real, mas uma globalização da economia financeira. Essa globalização assusta, quando vemos, por exemplo, que em 1980, segundo o Banco Mundial, no relatório do ano passado, o giro diário do PIB global era de 40 bilhões de dólares, e 40 bilhões de dólares era também, naquele ano, o giro de divisas estrangeiras nos mercados financeiros internacionais. Em 1998, o giro do PIB tinha aumentado para 80 bilhões, ou seja, tinha duplicado, e o giro financeiro tinha aumentado para 2 trilhões de dólares; passou de 40 bilhões para 2 trilhões, um aumento de 5.000%.

Na verdade, estamos vivendo uma situação de ciranda, de cassino financeiro, que é realmente o que assusta, o que preocupa, porque tudo isso coloca todos os países, inclusive os grandes, os ricos, à mercê de coisas que eles não controlam, tornando, portanto, vazio o conceito de Estado-nação. E essa é uma conquista do mundo moderno, certamente, que tem o maior significado; basta ver a intervenção do Estado, nos próprios Estados Unidos, que contribuiu para a redução das disparidades entre o Sudeste

americano, pobre, e o resto do país, como mostra o professor Werner, por exemplo, num artigo dele da Revista Econômica do Nordeste, recém lançada.

Então, nós temos que pensar em uma situação em que o Estado venha a corrigir esse quadro, que naturalmente tende a se agravar, pois se nos sessenta anos recentes, de maiores possibilidades de desenvolvimento econômico do Brasil, nós conseguimos fazer com que toda a população de 1940 fosse mais de que superada, no final do século, pelo número de pessoas extremamente pobres, não vejo como isso pode ser transformado, dentro dos próximos 20 ou 30 anos, numa situação em que o número de pobres vá ser menor do que o número que é hoje, quando as dificuldades do desenvolvimento cresceram muito, quando nós consideramos os custos ambientais, pela redução da produtividade natural.

Há uma redução da produtividade natural e, portanto, um aumento dos custos ambientais dos processos econômicos; e isso os mercados não mostram, mas o fato é que, por exemplo, hoje, nos Estados Unidos, a produtividade de um poço de petróleo é quatro vezes menor do que era em 1970, segundo pesquisas de cientistas da área física, não da área da economia. Os economistas, infelizmente, só vêem os valores monetários, a ponto de, recentemente, um ex-presidente da American Economic Association ter dito o seguinte: “a redução da produção agrícola que possa ser causada por um aumento do crescimento global não é significativa, porque o PIB da agricultura representa apenas 3% do PIB global no mundo e, portanto, se essa proporção se reduz para 1,5%, o efeito é de pouca significação. Mas isso é um exercício numérico, não é um exercício efetivo, concreto, da realidade, porque se a produção do mundo diminuir em 50%, o que é que vai acontecer? Vai faltar comida; e a produção agrícola é o fundo de alimentos que permite a realização de todas as outras atividades econômicas. Ao mesmo tempo, se a produção agrícola cair de 50%, o que é que vai acontecer com os preços dos produtos agrícolas? Vão subir muito; e o PIB da agricultura, em termos monetários, vai passar dos 3% que representa hoje do PIB global para mais de 6%. Então, essa é uma deficiência do raciocínio econômico que eu acho muito séria, quando temos que pensar na sustentabilidade ambiental do desenvolvimento no longuíssimo prazo.

## **Mestre de cerimônia**

Muito bem, abrimos agora os debates para o auditório de Fortaleza. Em função do número de participantes, a intenção era trabalhar com até quatro perguntas, mas como já estamos ultrapassando um pouquinho a hora, vamos nos limitar a três perguntas. Quem deseja fazer indagação, por gentileza, levante o braço para que nossa recepcionista leve o microfone sem fio. Pedimos também que a pessoa, antes de formular a pergunta, apresente-se não só à mesa mas para todo o público no auditório. Primeiro vamos às três perguntas e depois passamos às respostas.

## **Do auditório**

Sou microempresário e minha pergunta é ao Dr. Cavalcante. A gente é bombardeado com esse negócio de globalização, loja virtual, internet, mas num recente encontro de lojistas um palestrante disse o seguinte: “rapaz, o micro que for colocar uma loja virtual está louco, é o mesmo que procurar uma agulha num palheiro”. Então, você que é micro fica em tempo de ficar doido para fazer uma loja virtual, gasta aí uns dois mil reais e não vai receber nenhuma visita em nenhum site. A mesma coisa é a globalização. Você colocou uma coisa séria para a gente e a gente fica perguntando: se a globalização hoje é do interesse maior dos países ricos, pois eles é que estão levando a



vantagem, de um modo geral, e estão todos achando bom de algum jeito porque os mais ricos de qualquer forma têm como vender, têm como atingir os mercados lá fora, enquanto os pobres não conseguem, como é que o mundo vai sair desse tipo de armadilha inventada desse modismo? Como é que o Sr. prevê uma saída dessa coisa?

### **Do auditório**

Nós temos uma evolução das vantagens econômicas entre países, entre regiões. Num primeiro momento, nós tínhamos a vantagem comparativa, mais antiga, depois a vantagem competitiva e atualmente se fala muito da vantagem colaborativa. Como é que vocês, economistas, podem ver essa questão, considerando realmente o que se está fazendo aqui? A gente verifica que em regiões mais carentes, como a região em que vivemos aqui, a sociedade vem atuando através do Farol do Desenvolvimento, através de fóruns de desenvolvimento, através de várias iniciativas, pequenas, às vezes localizadas, muito reduzidas, mas eu gostaria de saber como vocês vêem essa perspectiva. Eu sou professor do Departamento de Engenharia Mecânica e Produção, sou de outra área, de Marketing e Produção, portanto sou muito afeito a essa questão econômica e gostaria de ouvir um pouco sobre essa questão de vantagem colaborativa.

### **Professor Luiz Cruz, geógrafo**

Nós estamos trabalhando com o conceito de desenvolvimento local. O Azzoni tocou nesse conceito rapidamente, e eu gostaria de ouvir dele qual é sua posição a respeito disso: o desenvolvimento local numa perspectiva do valor do homem, como uma valorização da dinâmica das coletividades, das comunidades, e não apenas como um traçado de planejamento governamental. Fala-se muito em desenvolvimento local, hoje, numa perspectiva de governo; o governo federal, mesmo, apontando os municípios como uma saída nessa perspectiva. Mas nós conhecemos experiências de desenvolvimento local a partir das próprias comunidades, como uma iniciativa tomada pelas comunidades – é o caso dos pescadores das praias aqui próximo a Fortaleza – e nós encontramos, também, municípios que têm plenamente esse projeto, como Icapuí, que realmente têm uma perspectiva microeconômica bastante dinâmica e trazendo outras respostas aos problemas da coletividade.

### **Clóvis Cavalcante**

Pedro, quer fazer algum comentário?

### **Pedro Cavalcanti**

Não.

### **Clóvis Cavalcante**

Azzoni.

### **Carlos Azzoni**

Sobre desenvolvimento local, aliás, sobre desenvolvimento em geral, nós temos que pensar no papel do governo, e isso foi tocado algumas vezes pelo Pedro, na questão

do crescimento, na questão da política tributária. É da nossa cultura achar que o governo pode resolver as coisas e que o governo é um ente independente da sociedade. Em outros países, principalmente na Europa, é muito claro que o governo é uma criação da sociedade e que está a serviço da sociedade. Na verdade, há um entendimento de que o governo é apenas o síndico, constituído pela assembleia de condomínios e que só gere os interesses da assembleia. E, portanto, não tem um orçamento separado do condomínio. O orçamento é o do condomínio. Mas ele tem um papel, evidentemente, de fecundar e de potencializar essa energia. Então, não é necessário que seja o governo; é saudável, até, que não seja o governo. Então, é possível ter-se experiências como de desenvolvimento local bem sucedido.

Eu acho complicado pensar que o desenvolvimento local possa ser entendido como uma solução coletiva, uma solução global, no sentido de que todos os municípios do Brasil possam ter desenvolvimento local bem sucedido. Aí a gente volta à coisa do Georgescu Roegen. Você tem uma energia no sistema que vai se distribuir de alguma forma. É possível você ter casos de sucesso e é possível que esses casos se multipliquem, mas eu não creio que seja possível que isso seja uma coisa do tipo assim: vamos fazer desenvolvimento brasileiro a partir de desenvolvimento local. As duas coisas precisam ser feitas. Agora, o desenvolvimento local não precisa necessariamente ser feito pelo governo; e o governo, se tiver um papel, é simplesmente de catalisar a energia do município e, se possível, sair rápido, porque se ele tiver sucesso, o sucesso dele é medido pela dispensabilidade da sua presença. Quando você precisa do governo ali o tempo todo é porque não deu certo.

E aqui volta a questão da competitividade. Na verdade, esse tipo de tratamento no nível local é tentar dar competitividade; no limite, engajar essa unidade na cadeia produtiva, mas de forma competitiva. Porque ao se falar em engajar na cadeia produtiva, nós estamos falando em competitividade com quem está na cadeia produtiva. Mas necessariamente quando você vai para essas experiências você está falando de coisas marginais à cadeia produtiva, como artesanato, a rapadura mole para ser vendida no exterior, etc. Nós não estamos falando de uma coisa global, grande o suficiente para levar a desenvolvimento. É importante em cada mancha do território, em cada pequena comunidade, porque assim como outras políticas pode gerar renda e diminuir desemprego; e pode ser muito importante para as comunidades pobres. Mas não pode ser entendida como uma solução global, porque nesse caso a briga é muito mais forte; é o que a gente chama briga de cachorro grande, porque quando você entra na cadeia produtiva aí a briga é para valer. É como o José Pastore disse ontem: a Coreia não vai esperar 10 anos até a gente se arrumar aqui para poder brigar com ela. Ela já vai tomando o nosso espaço, e assim por diante.

### **Clóvis Cavalcante**

As perguntas formuladas sugerem muitas coisas e, sobretudo, uma reflexão, o que muitas vezes ultrapassa os limites da própria discussão aqui e do tempo que temos disponível. Então, eu gostaria de lembrar aqui o seguinte: que nós devemos pensar desenvolvimento não como crescimento da economia. Se o crescimento é possível, ótimo; mas se não é possível, temos que pensar em outras fórmulas de desenvolvimento que são mudanças em relações estruturais, são a possibilidade de realização do potencial de alguma coisa.

Vou dar um exemplo do que eu acho que não seja desenvolvimento ou do que seja crescimento antieconômico. Crescimento antieconômico é aquele em que, na margem, os benefícios gerados são inferiores aos custos inerentes ao processo: custos

sociais, custos humanos, custos ambientais. Nós precisaríamos ter indicadores que refletissem essa realidade. Porque o PIB é um indicador muito pobre de desenvolvimento. A renda *per capita* é um indicador muito pobre de desenvolvimento. Até mesmo o Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD não é um bom indicador de desenvolvimento, porque considera pelo valor de face o PIB *per capita*, a renda *per capita*. Por que? Porque quando o produto se realiza, algumas coisas acontecem na sociedade que constituem custos. Se você mata uma pessoa, isso aumenta o PIB, você gastou uma bala. Qual é o custo de matar uma pessoa do ponto de vista social, humano, da comunidade, da família? Altíssimo! Como você vai avaliar esse custo? É muito difícil, mas em alguns casos você pode avaliar. Por exemplo, o esgotamento de uma mina, como aconteceu no Amapá, depois de 40 anos de exploração do manganês da Serra do Navio. Em 1995, você ficou com um buraco onde havia antes 50 milhões de toneladas de manganês. No entanto, durante os 40 anos em que se explorou a mina, a exploração da mina, a extração do minério, a liquidação do capital natural que isso representou foi contado positivamente como renda, o que é um equívoco das contas nacionais. As contas nacionais escamoteiam uma realidade dando-lhe a configuração de renda quando ela não passa de uma simples perda de capital. Então, nós precisaríamos de um indicador de desenvolvimento.

Já há esforços em várias partes do mundo para construção desses indicadores. Nos Estados Unidos há um que se chama Índice de Bem-estar Econômico Sustentável, que é o PIB *per capita* menos os custos da realização do PIB. E esse indicador mostra que os Estados Unidos estão numa fase de crescimento antieconômico, porque os benefícios gerados na margem são inferiores aos custos associados ao aumento de produção. No Brasil nós não temos nada dessa ordem. Mas existe na Inglaterra, existe no Japão, existe na Costa Rica, existe no México. No Chile estava-se tentando obter isso, mas quando o responsável pela elaboração do indicador mostrou que a indústria madeireira chilena, que a extração mineral, a agricultura e a pesca chilenas estavam criando problemas ambientais e perda do capital natural maiores do que os valores dos aumentos de produção, o que aconteceu com ele? Foi demitido da sua função – saiu notícia sobre isso na revista *The Economist* e saiu até no jornal *Gazeta Mercantil* – porque ninguém quer avaliar o desempenho econômico comparando custos com ganhos. Aparecem apenas os ganhos.

Nós não sabemos no Brasil se esses aumentos de PIB que acontecem a cada ano são aumentos verdadeiros ou se são de fato perdas, diminuições, quedas no valor do bem-estar econômico sustentável da população. Então, nós precisamos de uma percepção como a de Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia de 1998, que publicou um livro no ano passado chamado Desenvolvimento como Liberdade (*Development as freedom*), em que ele defende a idéia do desenvolvimento como a expansão dos direitos positivos: o direito à educação, o direito à habitação saudável, o direito ao saneamento, o direito a atendimento de saúde e vários direitos; e não ao aumento simples da renda *per capita*. Isso não é desenvolvimento. Isso pode ser uma faceta, uma dimensão do desenvolvimento.

Isso são idéias e, infelizmente, para executar essas idéias, para chegar a fórmulas práticas, nós temos que trabalhar como os homens práticos; e eu prefiro ficar entre os visionários. Obrigado.

**Mestre de cerimônia**

Senhoras e senhores, encerrados os debates, vamos fazer um pequeno intervalo. Voltaremos em poucos minutos para a apresentação do painel sobre o Papel do Nordeste na Estratégia Nacional de Desenvolvimento.